

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (UVP-FPC)

(de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro)

APROVADO POR UNANIMIDADE EM REUNIÃO DE DIREÇÃO NO DIA 13/12/2018

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as infrações, o regime sancionatório e as regras do processo disciplinar relativo às condutas antidesportivas praticadas no ciclismo ou em atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com a modalidade.
2. Excetuam-se da aplicação deste Regulamento as condutas relacionadas com atos de dopagem, as quais estão previstas e são sancionadas de acordo com o Regulamento Antidopagem da UVP-FPC.

Artigo 2.º

Âmbito Subjetivo

1. Estão sujeitos ao poder disciplinar da UVP-FPC todos aqueles que, à data da prática da infração, se encontravam filiados nesta Federação desportiva.
2. O presente Regulamento aplica-se igualmente a qualquer pessoa que, não estando inscrita na UVP/FPC, participar num evento desportivo por esta homologado, na qualidade de ciclista, treinador, dirigente, médico, massagista, ou no exercício de qualquer outra função de apoio aos ciclistas no referido evento desportivo.
3. Do mesmo modo, o presente Regulamento aplica-se a qualquer pessoa que, não estando inscrita na UVP/FPC, seja à data dos factos trabalhador, voluntário, membro da direção da UVP-FPC ou de uma Associação filiada, mandatário ou prestador de serviços afeto a qualquer equipa de ciclismo ou organizador de provas.
4. Para efeitos do presente Regulamento, as pessoas e entidades acima referidas serão designadas conjuntamente por agentes desportivos.

Artigo 3.º

Âmbito Territorial e Circunstancial

O presente Regulamento aplica-se às infrações cometidas em território nacional, dentro e fora de competição.

Artigo 4.º

Princípio da Igualdade

Todos os agentes desportivos são iguais perante os Estatutos ou qualquer Regulamento aprovado pela UVP-FPC.

Artigo 5.º

Princípio da Legalidade

Só pode ser punido disciplinarmente o facto descrito e declarado passível de sanção por lei ou regulamento anterior ao momento da sua prática.

Artigo 6.º

Aplicação no Tempo

1. As sanções são determinadas pelas normas sancionatórias vigentes no momento da prática dos factos,
2. O facto considera-se praticado no momento em que o agente atuou ou, no caso de omissão, deveria ter atuado.
3. Quando as normas disciplinares vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em regulamento ou lei posterior, é sempre aplicado o regime que concretamente se mostrar mais favorável ao agente; se tiver havido condenação, ainda que transitada em julgado, cessam a execução e os seus efeitos disciplinares logo que a parte da pena que se encontrar cumprida atinja o limite máximo da pena prevista na lei posterior.

Artigo 7.º

Direito Subsidiário

Na determinação da responsabilidade disciplinar é subsidiariamente aplicável o disposto no Código Penal; relativamente à tramitação, é subsidiariamente

aplicável o Código do Procedimento Administrativo e, subsequentemente, o Código de Processo Penal, com as necessárias adaptações.

Artigo 8.º

Deveres Gerais

Todos aqueles que estejam sujeitos ao presente Regulamento devem agir em conformidade com os princípios da ética, da defesa do espírito desportivo, da verdade desportiva, do *fair play*, da lealdade e da probidade.

Artigo 9.º

Responsabilidade Civil e Criminal

O procedimento disciplinar em matéria desportiva é independente, e não limita nem exclui, a responsabilidade civil ou criminal que couber aos factos praticados.

Artigo 10.º

Participação Obrigatória

Se a infração revestir carácter contra-ordenacional ou criminal, o órgão disciplinar dará conhecimento do facto às entidades competentes.

Artigo 11.º

Extinção da Responsabilidade Disciplinar

A responsabilidade disciplinar extingue-se:

- a) Pelo cumprimento da pena;
- b) Pela prescrição do procedimento disciplinar;
- c) Pela prescrição da pena;
- d) Pela morte ou extinção do infrator;
- e) Pela amnistia.

Artigo 12.º

Titularidade do Poder Disciplinar

1. O poder disciplinar da UVP-FPC é exercido pelos Comissários e Árbitros, relativamente às infrações leves ocorridas em prova e aí sancionadas, e pelo Conselho de Disciplina e pelo Conselho de Justiça, relativamente às restantes infrações.

2. Das decisões dos Comissários e Árbitros há recurso para o Conselho de Disciplina.
3. Das decisões condenatórias do Conselho de Disciplina há recurso para o Conselho de Justiça.

Artigo 13.º

Competências do Conselho de Disciplina

Entre outras que lhe sejam expressamente atribuídas, compete ao Conselho de Disciplina:

- a) Apreciar e punir, de acordo com a lei e os regulamentos federativos, as infrações disciplinares em matéria desportiva;
- b) Emitir parecer sobre propostas de alteração, suspensão ou revogação dos estatutos da U.V.P./F.P.C. e demais regulamentos, em matéria de disciplina;
- c) Emitir parecer obrigatório sobre questões de interpretação ou integração dos estatutos e demais regulamentos da U.V.P./F.P.C., em matéria de disciplina;
- d) Elaborar parecer obrigatório sobre a elaboração e alteração do Regulamento do Conselho de Disciplina;
- e) Propor à Assembleia-Geral da U.V.P./F.P.C. perdões gerais e amnistias das penas.

Artigo 14.º

Competências do Conselho de Justiça

Compete ao Conselho de Justiça conhecer dos recursos das decisões de natureza disciplinar tomadas pelo Conselho de Disciplina que não sejam, nos termos da Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, da competência exclusiva do Tribunal Arbitral do Desporto.

Artigo 15.º

Competência Territorial

O Conselho de Disciplina e o Conselho Jurisdicional exercem as respetivas competências relativamente a atos, provas ou competições, quer de nível nacional, quer internacional, salvo se para estas houver jurisdição própria.

CAPÍTULO II

INFRAÇÕES DISCIPLINARES

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16.º Infração Disciplinar

Considera-se infração disciplinar em matéria desportiva a ação ou omissão, ainda que meramente culposas, praticadas pelos agentes desportivos, no exercício das suas funções ou atividades, e em violação dos deveres gerais ou especiais decorrentes dos Estatutos da UVP-FPC, dos Regulamentos da UVP-FPC, ou das disposições legais em vigor.

Artigo 17.º Tentativa

1. A tentativa do cometimento de qualquer infração é sancionável, sendo a medida abstrata das sanções equivalente a metade dos limites mínimos e máximos das aplicáveis à infração consumada.
2. Para os efeitos do presente Regulamento, o conceito de tentativa é o constante do Código Penal Português.

Artigo 18.º Culpa

Salvo disposição em contrário, qualquer infração é sancionável, independentemente de ser praticada com dolo ou com negligência.

Artigo 19.º Causas que Excluem a Ilícitude ou Culpa

São consideradas causas de exclusão da ilicitude ou da culpa as seguintes:

- a) A coação física;
- b) A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento da prática da infração;
- c) A legítima defesa;
- d) A atuação em estado de necessidade ou em estado de necessidade desculpante.

Artigo 20.º

Classificação das Infrações

1. As infrações em matéria disciplinar, nomeadamente as previstas neste Regulamento, classificam-se em leves, graves e muito graves, nos termos dos números seguintes.
2. São infrações leves as sancionáveis apenas com repreensão escrita, multa até €1.000 (mil euros) ou suspensão por período inferior a 1 (um) mês .
3. São infrações graves as sancionáveis com pena de multa superior a €1.000 (mil euros) e/ou suspensão por período superior a 1 (um) mês mas inferior a um ano.
4. São infrações muito graves as sancionáveis com pena de suspensão superior a um ano.

Artigo 21.º

Sanções Disciplinares

As sanções disciplinares aplicáveis aos agentes desportivos são as previstas na lei, nos Estatutos e demais regulamentos federativos da UVP-FPC, a saber:

- a) Repreensão Escrita: consiste numa admoestação escrita dirigida ao infrator, com exposição sucinta dos factos praticados e das normas violadas, instando-o a corrigir o seu comportamento;
- b) Perda de Pontos: consiste na perda de pontos obtidos durante uma prova, e pode ser aplicada sempre que a infração tenha sido cometida durante a referida prova;
- c) Desqualificação: consiste na proibição de continuação da participação numa prova, e pode ser aplicada sempre que a infração tenha sido cometida durante a referida prova;
- d) Multa: sanção pecuniária aplicável de acordo com a lei e os regulamentos;
- e) Suspensão: consiste na suspensão do infrator, que ficará impedido, por prazo determinado, de praticar qualquer atividade ligada à modalidade.

SECÇÃO II

INFRAÇÕES E SANÇÕES



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

Artigo 22.º

Ofensa Corporal

1. O agente desportivo que, durante um evento velocipédico ou um evento/cerimónia no qual intervenha a FPC, ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa, licenciada ou não, será punido com suspensão de 3 meses a 2 anos.
2. Caso a ofensa seja causada em autoridade desportiva, será punida com suspensão de 1 a 4 anos.

Artigo 23.º

Ameaça

1. O agente desportivo que ameaçar um licenciado, um dirigente da UVP-FPC, dos Clubes e suas Associações, a um Comissário ou outra autoridade desportiva, a um organizador, ou a um espectador, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação, será punido com suspensão de 6 meses a 1 ano.
2. Se a ameaça incidir sobre a autoridade desportiva, será punida com suspensão de 6 meses a 2 anos.

Artigo 24.º

Difamação

1. O agente desportivo que, dirigindo-se a terceiro, imputar a um licenciado, a um dirigente da UVP-FPC, dos Clubes e suas Associações, a um Comissário ou outra autoridade desportiva, a um organizador, ou a um espectador, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ela um juízo, ofensivo da sua honra ou consideração, será punido com suspensão 3 meses a 1 ano.
2. Se a injúria incidir sobre a autoridade desportiva, será punida com suspensão de 6 meses a 2 anos.
3. A conduta não é punível quando o agente provar a verdade da mesma imputação ou tiver fundamento sério para, em boa fé, a reputar verdadeira.

Artigo 25.º

Injúria



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

1. O agente desportivo que injuriar um licenciado, um dirigente da UVP-FPC, dos Clubes e suas Associações, a um Comissário ou outra autoridade desportiva, a um organizador ou a um espectador, imputando-lhe factos, mesmo sob a forma de suspeita, ou dirigindo-lhe palavras ofensivas da sua honra ou consideração, será punido com suspensão de 15 dias a 6 meses e multa até €1.000 (mil euros).
2. A conduta não é punível quando o agente provar a verdade da mesma imputação ou tiver fundamento sério para, em boa fé, a reputar verdadeira.

Artigo 26.º

Equiparação

À injúria e difamação verbais serão equiparadas as feitas por escrito, gestos, imagens ou qualquer outro meio de expressão.

Artigo 27.º

Publicidade da Injúria ou da Difamação

1. Se, no caso das infrações previstas nos artigos 14.º, 15.º e 16.º:
 - a) A ofensa for praticada por meios ou em circunstâncias que facilitem sua divulgação; ou,
 - b) Tratando-se de imputação de factos, se averiguar que o agente conhecia a falsidade da imputação;a medida da punição da difamação ou da injúria será elevada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.
2. Se a infração for cometida através de meio de comunicação social, o agente será punido com suspensão até 2 anos.

Artigo 28.º

Ofensa à UVP-FPC, Associação, Clube ou Organizador

1. Quem, sem ter fundamento para, em boa fé, os reputar verdadeiros, afirmar ou propalar factos inverídicos, capazes de ofender a credibilidade, o prestígio ou a confiança que sejam devidos à UVP-FPC, Clube, Associação ou Organizador nela filiados, é punido com pena de suspensão de 3 meses a 1 ano e multa até €2.000.
2. É correspondentemente aplicável a esta infração o disposto no artigo anterior.

Artigo 29.º

Incitamento a Práticas Antidesportivas

1. O agente que incitar à prática de agressão, injúria, desobediência às decisões da arbitragem, à alteração da ordem desportiva ou ao desrespeito a qualquer autoridade desportiva, será punido com suspensão de 3 meses a 6 meses e multa até €500 (quinhentos euros).
2. Se do incitamento resultar a verificação de qualquer dos referidos atos, a pena será elevada para o dobro, nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 30.º

Alteração da Ordem e Disciplina

1. O agente desportivo que, pela gravidade da sua conduta, ponha em causa a ordem desportiva ou o respeito devido a qualquer autoridade desportiva, ou tenha comportamentos ofensivos da moral ou dos bons costumes, será punido com suspensão de 3 a 6 meses.
2. O agente desportivo que seja indiciado por ato ilícito que, pela sua natureza e alcance, afete a boa imagem, o prestígio, a honorabilidade, a estabilidade da modalidade e das suas instituições, verá os seus direitos suspensos até à decisão judicial sobre os factos que lhe deram causa.
3. O agente desportivo que seja condenado por ato ilícito que, pela sua natureza e alcance, afete gravemente a boa imagem, o prestígio, a honorabilidade, a estabilidade da modalidade e das suas instituições perante a opinião pública e o Estado, será punido com pena de suspensão até 10 anos e multa até €5.000.
4. O agente desportivo que incite ou encoraje a xenofobia, a discriminação, o ódio ou violência, será punido com pena de suspensão até 10 anos e multa até €5.000.

Artigo 31.º

Manobra Dilatória

O agente desportivo que, injustificadamente, procure retardar ou impedir a realização ou continuação de uma prova, será punido com pena de suspensão até 3 meses e multa até €500.

Artigo 32.º

Danos sobre Instalações e Equipamentos

O agente desportivo que provocar ou incitar o dano em instalações ou equipamentos desportivos, utilizados sob a égide da UVP-FPC, será punido com suspensão de 3 meses a 1 ano, acrescida de multa até ao dobro do valor dos prejuízos materiais provocados.

Artigo 33.º

Furto ou Roubo de Equipamento

O agente desportivo que furtar ou roubar algum equipamento desportivo, propriedade da UVP-FPC ou de um organizador de prova, será punido com suspensão de 3 meses a 1 ano, acrescida de multa até ao dobro do valor dos prejuízos materiais provocados.

Artigo 34.º

Corrupção

O agente desportivo ou autoridade desportiva que, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, que não lhe sejam legitimamente devidas, como contrapartida de ato ou omissão destinados a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva, será punido com a pena de suspensão de 6 meses a 2 anos e pena de multa até €3.000.

Artigo 35.º

Destruição do Relatório do Comissário

O agente desportivo ou autoridade desportiva que destruir, danificar, dissimular ou subtrair o relatório do Comissário, ou qualquer outro documento que relate o desenrolar de prova, com a intenção de ocultar os factos nele descritos, será punido com a pena de suspensão de 6 meses a 2 anos e pena de multa até €3.000.

Artigo 36.º

Encobrimento

O agente desportivo que frustrar ou iludir a atividade da UVP-FPC, com a intenção de evitar que outrem que tenha praticado uma infração disciplinar seja

submetido a procedimento disciplinar, será punido com suspensão de 6 meses a 1 ano.

Artigo 37.º

Inscrição Irregular

1. O Clube ou Associação que, com dolo, inscreva irregularmente um outro agente desportivo, será punido com multa até €1.000.
2. O ciclista que se inscreva ou participe em prova sem estar inscrito na FPF, estando irregularmente inscrito será desclassificado e punido com suspensão até 3 meses.

Artigo 38.º

Falsidade de Dados, Documentos ou Declarações

1. Qualquer agente desportivo que forneça dados ou documentos falsos à UVP-FPC será punido com suspensão de 6 meses a 2 anos e multa até €3.000.
2. Se os dados ou documentos falsos, a que se refere o número anterior, forem fornecidos num pedido de filiação ou inscrição em prova, para além da sanção ali prevista, o agente desportivo infrator verá ainda o pedido de filiação ou inscrição recusado.
3. Qualquer agente desportivo que preste declarações falsas perante a UVP-FPC, ou algum dos seus órgãos, será punido com suspensão de 3 meses a 1 ano e multa até €1.500.

Artigo 39.º

Exercício de Funções Fora do Âmbito da Licença Concedida

Qualquer agente desportivo filiado que exerça, de facto, funções diferentes das permitidas pela licença de que é titular, será punido com suspensão de 6 meses a 2 anos e multa até €3.000.

Artigo 40.º

Não Comparência na Cerimónia Protocolar

1. No final de uma prova de ciclismo, os agentes desportivos são obrigados a manterem-se no recinto pelo tempo necessário a permitir a sua presença no pódio durante a realização da cerimónia protocolar de entrega de prémios.



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

2. Quando chamado pelo *speaker*, o agente desportivo deve comparecer de imediato no pódio.
3. O agente desportivo que incumpra alguma das obrigações previstas neste artigo é punido com pena de multa até €1.500.

Artigo 41.º

Faltas de Comparência Não Justificadas

1. Sempre que devidamente convocado ou notificado, pela UVP-FPC ou pelo Conselho de Disciplina, o agente desportivo deve comparecer no local e à hora marcadas.
2. A falta não justificada aos treinos, estágios ou concentração de seleções nacionais é punível com pena de multa até €300.
3. A falta não justificada a uma prova das seleções nacionais é punível com pena de suspensão até 3 meses e pena de multa até €1.000.
4. A falta não justificada a uma convocatória emitida pelo Conselho de Disciplina, no âmbito de processo disciplinar, é punível com pena de multa até €200.

Artigo 42.º

Não Utilização em Prova das Camisolas Devidas

1. O ciclista que numa prova por etapas não utilize, injustificadamente, a camisola de líder da classificação que lhe pertence naquela data, é punido com multa até €2.000. Por esta prática será ainda sancionada a equipa do ciclista, com multa até €5.000.
2. O ciclista campeão nacional que numa prova não utilize, injustificadamente, a camisola de campeão nacional, é punido com multa até €2.000. Por esta prática será ainda sancionada a equipa do ciclista, com multa até €5.000.
3. O ciclista que, ao serviço da Seleção Nacional, não utilize o equipamento oficial da Seleção, é punido com multa até €5.000.

SECÇÃO III

MEDIDA DA SANÇÃO

Artigo 43.º

Determinação da Medida da Sanção

A determinação da medida da sanção a aplicar concretamente, dentro dos limites definidos, é feita em função da natureza da infração, grau de culpa, personalidade do infrator, resultados perturbadores da disciplina, finalidades da sanção e circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso.

Artigo 44.º

Circunstâncias Agravantes

São consideradas circunstâncias agravantes todas aquelas que contribuam para aumentar a censurabilidade da conduta do agente, designadamente, e entre outras:

- a) Ter a infração sido cometida sobre menor ou com o envolvimento deste;
- b) Ter a infração sido cometida com a utilização de meios especialmente ardilosos, que revelem manifesta premeditação e preparação na execução da infração;
- c) O infrator pertença aos órgãos da UVP-FPC ou aos órgãos de qualquer Associação de Ciclismo filiada na UVP-FPC;
- d) A reincidência;
- e) A produção de resultados prejudiciais ao prestígio e ao bom nome do ciclismo e/ou das suas instituições;
- f) A acumulação de infrações.

Artigo 45.º

Circunstâncias Atenuantes

São consideradas circunstâncias atenuantes todas aquelas que contribuam para diminuir a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena e entre outras, entre outras:

- a) A confissão espontânea do infrator;
- b) A demonstração de um arrependimento sério e sincero;
- c) A infração ter ocorrido na sequência de provocação ilegítima;
- d) A inexistência de condenações anteriores em matéria de infrações disciplinares;
- e) A colaboração demonstrada pelo infrator ao longo do processo disciplinar;

- f) A relevante contribuição para a dinamização ou notoriedade da modalidade.

Artigo 46.º

Reincidência

1. É punido como reincidente quem, por si só ou sob forma de comparticipação, cometer uma infração depois de ter sido condenado, por decisão transitada, em pena de suspensão superior a três meses se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra a prática da infração.
2. Em caso de reincidência o limite mínimo e máximo da pena aplicável à infração é elevado em um terço.

SECÇÃO IV

PERÍODO DE SUSPENSÃO

Artigo 47.º

Início do Período de Suspensão

O período de suspensão tem início na data da notificação da decisão disciplinar da primeira instância.

Artigo 48.º

Estatuto Durante o Período de Suspensão

Quem tenha sido objeto da aplicação de uma pena de suspensão não pode, durante o período de vigência da mesma, participar em que qualidade for, numa competição ou evento desportivo.

SECÇÃO V

INCUMPRIMENTO DA SANÇÃO APLICADA

Artigo 49.º

Incumprimento de Sanção de Suspensão

O agente desportivo que, eximindo-se ao cumprimento de pena de suspensão, participe em prova ou atividade do âmbito federativo, será punido com

desclassificação, o reinício da contagem do prazo da suspensão e multa até €3.000.

Artigo 50.º

Incumprimento de Sanção de Multa

1. O agente desportivo que não efetue o pagamento da multa aplicada no prazo estipulado na decisão condenatória será punido com o agravamento da multa aplicada, numa sobretaxa diária de €5 por cada dia de atraso.
2. Caso o agente desportivo não efetue o pagamento da multa nos 4 meses seguintes à notificação para o efeito, a multa será convertida em suspensão. A conversão será feita da seguinte forma: cada €20 de multa serão convertidos em 1 dia de suspensão.
3. Para efeitos da contagem constante do número anterior, a conversão será feita aos dias de multa aplicados, como também à sobretaxa devida pelo incumprimento atempado.

Artigo 51.º

(Inobservância de Outros Deveres)

O agente desportivo que, em todos os casos não especialmente previstos neste Regulamento, viole dever imposto pelos regulamentos da FPC ou da UCI, pelo regulamento da prova, ou pela demais legislação aplicável, é sancionado com sanção de suspensão até 10 (dez) dias e, cumulativamente, com multa a fixar entre os €100 (cem euros) e os €750 (setecentos e cinquenta euros).

SECÇÃO VI

MEDIDAS PREVENTIVAS

Artigo 52.º

Suspensão Preventiva

1. Nas infrações cuja sanção máxima aplicável seja igual ou superior a 2 anos de suspensão, pode ser determinada a suspensão preventiva do agente desportivo enquanto decorre o processo disciplinar.
2. A suspensão preventiva é sempre determinada por despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, devidamente fundamentado e atendendo,

nomeadamente, à gravidade do ilícito, às especiais exigências de prevenção e ao perigo de continuação da atividade ilícita.

3. Salvo decisão do Conselho de Disciplina em contrário, a suspensão preventiva será mantida até ser proferida a decisão final do processo.
4. A suspensão preventiva inicia-se no momento em que o visado se considere notificado do respetivo despacho, elaborado pelo Presidente do Conselho de Disciplina da UVP/FPC.
5. A suspensão preventiva inibe o visado de participar, seja em que qualidade for, em competições ou eventos desportivos de ciclismo.
6. No caso de decisão condenatória, o período de suspensão preventiva já cumprido será deduzido ao período de suspensão total a que o Arguido seja condenado.

CAPÍTULO IV PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53.º

Princípios do Processo Disciplinar

O processo disciplinar, nos termos do presente Regulamento, será sempre condicionado ao cumprimento dos princípios do contraditório, da celeridade processual, da fundamentação dos atos, da igualdade, da irretroatividade e da proporcionalidade.

Artigo 54.º

Prescrição

O processo disciplinar extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a prática da infração tiverem decorrido 4 anos.

Artigo 55.º

Notificações

1. Salvo disposição em contrário, as notificações serão feitas por carta registada ou correio electrónico, remetido para o endereço constante da ficha de filiação.do visado.
2. Em caso de impossibilidade de notificar o ciclista ou qualquer agente desportivo, será notificado o respetivo Clube, por carta registada.
3. As notificações feitas por carta registada presumem-se realizadas no terceiro dia útil posterior à data do registo; e as feitas por correio electrónico presumem-se realizadas no dia útil seguinte à data do envio.

Artigo 56.º

Consulta do Processo

1. Durante o decorrer do inquérito, o Arguido tem o direito de, a todo o momento, consultar o seu processo disciplinar.
2. A consulta deverá ser requerida por escrito, ao Instrutor do processo, com uma antecedência mínima de 5 dias.
3. O Arguido poderá também obter, a expensas próprias, cópia de uma ou mais folhas do processo.

Artigo 57.º

Meios de Prova

Os factos relativos à violação das normas podem ser provados através de todos os meios admissíveis em juízo.

Artigo 58.º

Força Probatória dos Relatórios e Atas dos Comissários

Os factos constantes dos relatórios ou atas dos Comissários e por ele presenciados fazem fé, até prova em contrário.

Artigo 59.º

Princípios Gerais sobre Produção de Prova

1. O Instrutor ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa.
2. O Arguido pode apresentar ou requerer a produção de prova até ao momento do encerramento do inquérito.
3. Os requerimentos de prova são indeferidos se for notório que:
 - a) As provas requeridas são irrelevantes ou supérfluas;
 - b) O meio de prova é inadequado, de obtenção impossível ou muito duvidosa; ou,
 - c) O requerimento tem uma finalidade meramente dilatória.
4. Cabe ao Arguido assegurar a comparência das testemunhas que indicar.
5. Em circunstâncias excecionais, e desde que devidamente fundamentado, é admissível a inquirição de testemunhas por escrito.

Artigo 60.º

Livre Apreciação da Prova

Salvo disposição da lei em contrário, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção do decisor.

Artigo 61.º

Formas de Processo

1. O procedimento disciplinar reveste as seguintes formas:
 - a) Processo disciplinar;
 - b) Processo de averiguações; e,
 - c) Processo sumário.
2. O processo disciplinar é obrigatório para a aplicação de sanções quando estejam em causa as infrações mais graves e, em qualquer caso, quando a sanção a aplicar, em concreto, determine a suspensão de atividade por um período superior a um mês.

Artigo 62.º

Prazos de Decisão

1. As decisões do conselho de disciplina devem ser proferidas no prazo de 45 dias ou, em situações fundamentadas de complexidade da causa, no prazo de 75 dias, contados a partir da autuação do respetivo processo.
2. A prorrogação do prazo é da competência do Presidente do Conselho de Disciplina, mediante requerimento do Instrutor.

SECÇÃO II PROCESSO DISCIPLINAR

Artigo 63.º Abertura de Inquérito

1. Após a UVP/FPC tomar conhecimento da infração, por qualquer meio, compete ao Presidente do Conselho de Disciplina determinar a abertura de inquérito e nomear a pessoa responsável pela instrução do processo.
2. O despacho de abertura de inquérito é assinado pelo Presidente do Conselho de Disciplina e é notificado ao Arguido, por carta registada com aviso de receção.
3. O despacho referido no número anterior e os restantes elementos de que a UVP/FPC disponha relativos ao processo são enviados ao Instrutor nomeado, para que este dê início ao inquérito.

Artigo 64.º Acusação

1. Após receber o despacho de abertura de inquérito, o Instrutor remete ao Arguido, no prazo máximo de 10 dias úteis, a acusação.
2. A acusação deve conter a descrição circunstanciada dos factos que são imputados ao Arguido, bem como a moldura sancionatória das infrações cometidas.

3. O envio da acusação deverá fazer-se por meio de correio registado com aviso de receção.

Artigo 65.º

Direito de Defesa

O Arguido dispõe de 10 dias úteis para responder à acusação, deduzindo por escrito os elementos que considerar relevantes para esclarecer os factos que lhe são imputados, podendo juntar documentos e solicitar as diligências probatórias que se mostrem pertinentes para o esclarecimento da verdade.

Artigo 66.º

Relatório Final

1. Findas as diligências de prova julgadas necessárias e pertinentes, o Instrutor elabora o relatório final, com o qual se encerra o inquérito.
2. Do relatório final deverão constar, nomeadamente:
 - a) A identificação do ciclista e das infrações que lhe são imputados;
 - b) As diligências de prova realizadas;
 - c) A fundamentação;
 - d) A proposta de decisão.
3. Encerrado o inquérito, o Instrutor diligencia a entrega do processo ao Conselho de Disciplina.

Artigo 67.º

Dispensa de Relatório Final

Em caso de manifesta simplicidade dos factos, a elaboração do relatório final pode ser dispensada, mediante despacho do Presidente do Conselho de Disciplina nesse sentido.

Artigo 68.º

Decisão



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

1. Recebido o relatório final do Instrutor, o Conselho de Disciplina reúne-se para o analisar e decidir.
2. A decisão é tomada por maioria.
3. São elementos essenciais da decisão:
 - a) A identificação do Arguido;
 - b) A indicação das infrações imputadas ao Arguido;
 - c) O resumo sumário das conclusões contidas na resposta à acusação, se esta tiver sido apresentada;
 - d) A fundamentação da decisão, da qual deve constar a enumeração dos factos provados e não provados;
 - e) As disposições legais aplicáveis;
 - f) A decisão condenatória ou absolutória;
 - g) A data e a assinatura do Presidente do Conselho de Disciplina.
4. A decisão poderá ser tomada por mera remissão para o relatório final do Instrutor, desde que este contenha todos os elementos constantes das alíneas a) a f) do número anterior.

Artigo 69.º

Decisão condenatória

1. A decisão condenatória deve discriminar a data de início e o termo do período de suspensão, bem como eventuais multas que sejam aplicadas.
2. Deverão ainda constar da decisão condenatória os fundamentos que presidiram à escolha da medida da pena, nomeadamente, todas as agravantes e atenuantes tidas em linha de conta.
3. A decisão condenatória sujeita o Arguido ao pagamento das custas do processo, a fixar nos termos do Anexo I. a este Regulamento.
4. Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que o Arguido confesse, integralmente e sem reservas, a infração que lhe é imputada, ficando, nesse caso, isento do pagamento das custas.

Artigo 70.º

Decisão Absolutória

1. A decisão absolutória determina automaticamente a extinção da suspensão preventiva decretada.
2. A requerimento do ciclista, e desde que julgado conveniente para defender a boa imagem do ciclista e da modalidade, o Conselho de Disciplina pode ordenar o envio da decisão para a Agência Lusa, a fim de a mesma ser divulgada nos meios de comunicação social.
3. A decisão absolutória proveniente de processo impulsionado por denúncia ou participação sujeita o Denunciante/Participante ao pagamento das custas do processo, a fixar nos termos do Anexo I. a este Regulamento.

Artigo 71.º

Nulidades da Decisão

1. É nula a decisão que não contiver as menções referidas nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 67º.
 - a)
2. As nulidades da decisão devem ser arguidas ou conhecidas em recurso, sendo lícito ao Conselho de Disciplina supri-las, no prazo de 5 dias após a interposição do recurso.

SECÇÃO II

PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES

Artigo 72.º

Âmbito e Tramitação

1. Para efeitos do apuramento da eventual existência de infração disciplinar e dos seus autores, o Conselho de Disciplina, por despacho do seu Presidente, pode ordenar a instauração de processo de averiguações.
2. No mesmo despacho a que se refere o número anterior, o Presidente do Conselho de Disciplina nomeia Instrutor responsável pela condução do processo de averiguações.

3. Se no decurso do processo de averiguações forem apurados factos que indiquem a prática de infração disciplinar e o seu autor, o Instrutor elabora relatório fundamentado, que submete ao Conselho de Disciplina, para decisão de instauração, ou não, de processo disciplinar.
4. No despacho de instauração de processo disciplinar pode ainda ser determinado o aproveitamento de todos os atos já praticados.
5. Se, concluído o processo de averiguações, não forem apurados factos que indiquem a prática de infração disciplinar e do seu autor, o Instrutor, por relatório fundamentado, propõe ao Conselho de Disciplina o arquivamento dos autos.

SECÇÃO III

PROCESSO SUMÁRIO

Artigo 73.º

Âmbito e Tramitação

1. É aplicável o processo sumário nos procedimentos disciplinares por infrações:
 - a) Leves;
 - b) Às quais, em razão das circunstâncias do caso concreto, não deva ser aplicada pena de suspensão superior a 30 (trinta) dias de suspensão e/ou pena de multa superior a €1.000 (mil euros).
2. O processo sumário é sempre instruído, e a decisão sustentada, em Relatórios e Atas dos Comissários, ou em imagens vídeo captadas pelo organizador, por operador televisivo ou pela FPC.
3. Notificado da acusação, o Arguido dispõe do prazo de 2 (dois) dias úteis para, querendo, apresentar defesa escrita, podendo juntar documentos e requerer a realização de diligências probatórias.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, as testemunhas a apresentar pelo Arguido não podem ser em número superior a 3 (três).



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

5. Realizadas as diligências de prova necessárias, o Instrutor elabora relatório final, que submete à apreciação do Conselho de Disciplina, para decisão.

Artigo 74.º

Decisão

1. Recebido o relatório final do Instrutor, o Conselho de Disciplina reúne-se para o analisar e decidir.
2. A decisão é tomada por maioria.
3. São elementos essenciais da decisão:
 - a) A identificação do Arguido;
 - b) A indicação das infrações imputadas ao Arguido;
 - c) A menção ao documento ou imagens que sustentam a decisão;
 - d) A fundamentação sumária, de facto e de direito, da decisão;
 - e) A data e a assinatura do Presidente do Conselho de Disciplina.
4. A decisão poderá ser tomada por mera remissão para o relatório final do Instrutor.
5. A decisão condenatória sujeita o Arguido ao pagamento das custas do processo, a fixar nos termos do Anexo I. a este Regulamento.
6. Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que o Arguido confesse, integralmente e sem reservas, a infração que lhe é imputada, ficando, nesse caso, isento do pagamento das custas.

SECÇÃO IV RECURSOS

Artigo 75.º

Princípios Gerais

1. Todas as decisões finais do Conselho de Disciplina são recorríveis, para o Conselho de Justiça ou para o Tribunal Arbitral do Desporto.

2. De acordo com o artigo 44.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, na redação conferida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2014 de 23 de junho, cabe recurso para o Conselho de Justiça das decisões disciplinares relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.
3. Em conformidade com o artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto (aprovada pelo artigo 2.º da Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro, na redação conferida pelo artigo 3.º da Lei n.º 33/2014 de 16 de junho), compete a esse tribunal conhecer, em via de recurso, das deliberações do Conselho de Disciplina que não sejam relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.
4. As decisões interlocutórias do Conselho de Disciplina e do Instrutor do processo disciplinar não são recorríveis.

Artigo 76.º

Legitimidade

Têm legitimidade para interpor recurso para o Conselho de Justiça todos os que tenham interesse direto e pessoal no resultado do mesmo.

Artigo 77.º

Regras de Interposição do Recurso e Efeitos

1. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 15 dias após a comunicação da decisão, que deverá ser feita por carta registada com aviso de receção.
2. O recurso é interposto mediante requerimento, que identificará a decisão recorrida, entregue na secretaria da U.V.P./F.P.C. ou enviado por carta registada, acompanhado da importância de €1.000 (mil euros), a qual será devolvida em caso de provimento.
3. As alegações devem acompanhar o requerimento sob pena de indeferimento imediato.
4. O recurso deve ser remetido para o Conselho de Disciplina, que caso não exerça a prerrogativa conferida pelo n.º 2 do artigo 71.º, o fará subir para o

Conselho Jurisdicional, juntamente com a cópia do processo disciplinar, no prazo de 5 dias úteis posteriores à sua interposição.

5. O recurso não tem efeito suspensivo, salvo se o Presidente do Conselho de Justiça, a requerimento do interessado e tendo em conta os interesses do ciclismo lho decida atribuir.

Artigo 78.º

Análise e Decisão do Recurso

1. Recebido o recurso, poderá o Conselho de Justiça indeferi-lo liminarmente se o mesmo não contiver alegações ou se não for legalmente admissível. Em qualquer dos casos, o indeferimento deverá ser fundamentado.
2. Não se verificando o disposto no número anterior, o Conselho de Justiça deverá decidir o recurso no prazo de 30 dias contados a partir da data em que o recurso for recebido por este órgão.
3. O prazo referido no número anterior poderá ser alargado por motivo justificado, devendo qualquer prorrogação e a sua expectável extensão ser comunicada ao Recorrente e à U.V.P/F.P.C.
4. Na elaboração das suas decisões, o Conselho de Justiça aplicará os critérios decisórios aqui previstos para o Conselho de Disciplina.
5. A decisão final será comunicada ao Recorrente por carta registada com aviso de receção.
6. A decisão que mantenha o acórdão recorrido sujeita o Recorrente ao pagamento das custas do processo, a fixar nos termos do Anexo I. a este Regulamento.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 79.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

ANEXO I (CUSTAS DO PROCESSO)

Tipo de Processo	Taxa
Processo Sumário	1UC
Processo Disciplinar	3 UC
Recurso para Conselho de Justiça	2 UC